



ÉTICA À MEIA LUZ: Uma análise do conceito Ética no livro *Filosofando*

ETHICS IN THE MIDDLE LIGHT: An analysis of the concept Ethics in the book Philosophizing

¹BARBOSA, José Renato Sessino Toledo

Resumo

O presente artigo tem por propósito, produzir uma ponderação acerca dos conceitos de Ética e Moral, abordados e desenvolvidos na obra “*Filosofando*”. Nosso intento é demonstrar que as autoras da obra citada, tratam equanimemente estes conceitos. Todavia, entre ambos há uma grande diferença semântica e conceitual.

Palavras-Chaves: Ética, Moral e Filosofia

Abstract

The purpose of this article is to produce a reflection on the concepts of ethics and morality, addressed and developed in the book "Philosophizing". Our intention is to demonstrate that the authors of the work quoted treat these concepts equanimously. However, between the two there is a great semantic and conceptual difference.

Keywords: Ethics, Morals and Philosophy

“A vida não é argumento – Ajustamos para nós um mundo em que podemos viver – supondo corpos, linhas, superfícies, causas e efeitos, movimento e repouso, forma e conteúdo: sem esses artigos de fé, ninguém suportaria hoje viver! Mas isto não significa que eles estejam provados. A vida não é argumento; entre as condições para a vida poderia estar o erro.”

A Gaia Ciência (2001). Cia. das Letras. Nietzsche, F.¹

“Mora na Filosofia. Pra quê rimar amor e dor”.

(Monsueto Menezes e Arnaldo Passos)²

INTRODUÇÃO

¹Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira (1983). Especialista em Filosofia pela UNESP (2011). Atualmente é professor efetivo - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e professor universitário do Centro Universitário de Jales. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia

Recebido em 12 de agosto de 2018 / Aceito: 14 de setembro de 2018



O início dos anos oitenta trouxe “ares” otimistas. Afinal, o fim da ditadura era questão de tempo e o sonho da redemocratização do país era real. Acreditava-se que a educação não só daria um salto de qualidade como também seria a mola propulsora desses novos “ventos”. Assim, ainda em 1983, encetava-se um rico debate acerca da necessária volta do ensino de Filosofia no ensino público oficial.

É oportuno recordar que a disciplina fora defenestrada do currículo básico de educação – juntamente com Sociologia e Psicologia – após a decretação da lei 5692/71, do então Ministro da Educação Jarbas Passarinho, em plena vigência do ato institucional número cinco, possivelmente, o momento mais tenebroso da ditadura militar, naquele período chefiada pelo General Médici.

Com efeito, era uma premissa básica seu retorno às grades de ensino, como um corolário do processo que se engendrava na vida do Brasil.

É mister nos lembrarmos que 1984 foi um ano importante no mercado editorial brasileiro: a Brasiliense sob o comando de Caio Graco – cujo editor é o talentosíssimo Luiz Schwarz –, inicia uma revolução em termos de lançamentos, produção e edição de obras. As quais, inegavelmente, elidem os livros a uma condição maior em termos de desejo e mesmo de mercadoria. Elevando-os à categoria de fetiche.

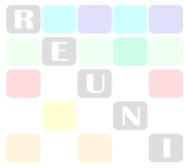
Ainda que precário, o retorno da Filosofia como disciplina ocorre a partir deste ano, todavia de maneira irregular nas grades. Inexistia uma padronização em termos de séries do antigo colegial e até mesmo em escolas da rede pública do estado de São Paulo.

Contudo, é válido ressaltar: como proceder para ensinar a disciplina? Uma vez que a mesma esteve no index da ditadura militar por mais de vinte anos. O quê ensinar? Quais conteúdos escolher? Quais filósofos? Talvez seria adequado optar-se por temas? Quais?

Uma dificuldade adicional residia na organização, seleção e impressão de textos para os estudantes; haja vista a precariedade de equipamentos disponíveis nas unidades de ensino, a fim de produzir um material para o professor trabalhar em sala de aula.

Outra dúvida pertinente: haveria profissionais em número suficiente para ministrar a disciplina? Na medida em que os cursos de licenciatura de Filosofia não produziam formandos em quantidade para atender a essa demanda. Logo, era urgente recorrer a professores com outras formações. Assim, corria-se o risco de haver defasagens na disciplina a ser ensinada.

Fato que necessariamente convida o mercado editorial a agir. Um livro didático de Filosofia, um manual para ocupar as lacunas criadas por esse emergente e novo processo.



As primeiras publicações são lançadas em 1985, limitando-se a dados informativos, biografias e nomeações de obras dos filósofos. Enfim, superficiais, pois não apresentavam sequer partes de um texto filosófico.

A cena começa a se alterar ao final daquele ano: a Editora Moderna publicou aquele que tornar-se-ia um “best-seller” dos livros didáticos: **Filosofando**, cujas autoras são Maria Lúcia Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins.

Com uma linguagem mais acessível – a obra **Primeira Filosofia**, de Marilena Chaui e outros, editada pela Brasilense em 1984 é o oposto – escrita por professoras, portanto, com alguma familiaridade com os jovens, propunha-se um livro didático, porém, não simplista, rico em ilustrações, comentários, textos complementares. Rapidamente transformou-se num porto seguro da maioria dos profissionais que ensinavam Filosofia, principalmente daqueles que não possuíam formação específica na área. “...A mão que afaga é a mesma que apedreja...” nos diz o poeta Augusto dos Anjos. (ANJOS,1981)

O livro traz problemas. Em meio a generalizações conceituais há a predominância de uma visão Existencialista na obra. É nosso intento verificar o conceito de **Ética** constante no livro, a saber, no capítulo vinte e sete, da terceira reedição, lançada em 2003, pela mesma editora.

Em nosso entendimento, as autoras abordam o conceito de uma maneira que o confunde com moral ou supondo que existam “várias éticas”.

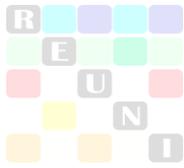
Portanto, compreendemos legítimo refletir acerca do problema, acrescentando-se que o conceito de **Ética** está, cada vez mais, na ordem do dia.

Com efeito, nos propomos a discorrer acerca dos conceitos de **Ética** e **Moral**, a fim de diferenciá-los. Para precisa-los, nos pautaremos em dois filósofos canônicos que se ocuparam do tema em específico: Aristóteles e Kant.

De posse do aporte teórico, fornecido pelos filósofos, nós voltaremos ao capítulo citado da obra em questão, a fim de verifica-lo e proceder nossa proposição.

1- **Ética e Moral**

De origem grega, a palavra **Ética** deriva-se de *ethos*, cujo significado é “aquele que habita”. No entanto, se tomarmos a assertiva de Aristóteles que diz: “O homem é um animal político”⁴, verificamos que o humano não habita, todavia, coabita, isto é, tem a necessidade de viver em comunidade.



Logo, Ética é uma área da Filosofia que se preocupará em pensar regras, normas, preceitos básicos para garantir essa convivência em comunidade. Com efeito, essas regras ou normas incidirão na construção de uma conduta, de uma postura, de um caráter que tornem possível a vida comunitária.

Podemos inferir que essas regras, normas, preceitos, ou mesmo valores, são de gênese universal, quer dizer, os mesmos em qualquer povo ou cultura. Vale lembrar que Ética é a soma de preceitos que se constituem na ação, no fazer.

De início é pertinente um emparelhamento com a Moral, no sentido de essa constituir-se também de regras, normas e preceitos, todavia, restritos a um tempo, uma cultura, um povo. Portanto, salientamos que Ética se constitui de universalidade e Moral de particularidades.

O embrião de todo esse debate, pensamos, está no termo **valor**, contido na obra do filósofo germânico Kant. Valores são juízos por nós emitidos dividindo-se em: juízos de realidade e juízos de valor. Juízos são julgamentos, realizados com base na razão. Os primeiros apenas constataam a existência ou não de algo ou alguém. Os segundos apresentam qualidades ou ausências das mesmas. Logo, a capacidade de valorar positivamente algo, alguém ou uma ação, está intimamente ligada ao conceito de Virtude. Do grego *aretê* ou do latim *virtú* significa: a força com a qual cumprem-se regras, normas e preceitos.

A fim de elucidarmos esse tema, é válido um rápido percurso histórico.

O Período Trágico na Antiga Grécia, marcado pela presença do **mito** como conduta e ação, apresenta-nos virtude como as qualidades do “guerreiro belo e bom” (NIETZSCHE, 1978) aquele que não temia seu destino. Enfrentava-o, corajosamente. Discursava e lutava.

Na Grécia clássica, *logos*, traz à luz o uso da razão como instrumento de desvelamento do mundo e das ações; portanto, agir significa fazê-lo com base no pensar.

Sócrates e Platão apontam como virtude, a busca pelo conhecimento, cuja finalidade é o bem. Para isso, faz-se mister o uso da razão. Em Sócrates, a ruptura com o mito dar-se-á apresentando a razão como instrumento que operará em duas frentes: epistemológica e ética. Na primeira é o instrumento de produção de conhecimento. Quanto a segunda, é como devemos agir. Platão segue o raciocínio do mestre e acrescenta: conhecer é algo voltado apenas para o bem.

Com a predominância do cristianismo, a Idade Média, nas vozes de seus filósofos, ensinará a virtude como uma proximidade maior com Deus e a religião.



A ruptura da Modernidade, no sentido de proceder o divórcio entre Filosofia e Teologia, Ciência e Religião, Razão e Fé, reengendrará o antropocentrismo: o homem como protagonista de suas ações, perguntas e respostas. Logo, virtude deve se ater as questões terrenas. Assim, tanto pode ser uma busca harmônica com a natureza, quanto uma ação voltada para garantir o bem comum: uma vida possível, dentro dos limites da razão.

Feita essa rápida historicização do conceito virtude, voltamo-nos à dicotomia entre Ética e Moral.

É possível entendermos que a virtude esteja presente em ambas, na medida em que na ética ela é basilar. Quanto a moral, uma ação desprovida de virtude por transformar-se em imoral ou amoral, evidentemente inserida nos contextos histórico e cultural. Logo, uma ação ética ou moral incorre no uso da racionalidade.

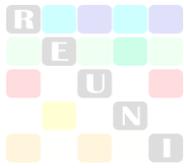
À Ética cabe pensar três conceitos: natural, normal e comum. Natural é aquilo que é inato. Normal é de norma, regra. Por fim, comum é um episódio que se repete.

Assim, um acontecimento que ocorre com frequência é comum. Não necessariamente natural ou normal. Por exemplo: no Brasil a corrupção é comum. Não é normal – não há uma lei que obrigue sua prática –, tão pouco é natural, não nasceu, foi criada pelos humanos. Ao praticá-la, incorre-se na falta de virtude – apropriação indébita, transformação do público em privado –, portanto, ferem a Ética, no sentido daquilo que é público, da comunidade, transformar-se em exclusivo, privado. Rejeitar essa confusão conceitual, diferenciá-la e praticá-la, torna-se virtuoso, portanto ético.

Ainda é possível pensar a Ética a partir três perguntas: Posso? Devo? Quero? Aquilo que posso, nem sempre é o que devo, muito menos o que quero. Aquilo que quero, nem sempre é aquilo que devo ou posso. Com efeito, é válido lembrar que qualquer questão que envolva as duas trindades, podem e devem ser pensadas no plano universal, ou seja, da ética. Conciliar essas tríades, é uma tarefa da Ética.

Se nos voltarmos à Moral, constataremos que seus valores se transformaram ao longo da história e particularizaram-se em culturas. O antropólogo Levis-Strauss afirma que a moral nasce de uma interdição, no momento em que se proíbe o incesto. (LÉVI-STRAUSS, 2017)

As regras começam a ser criadas com o propósito de tornar possível a vida em comunidade. Todavia, a preocupação moral é particularizada em cada uma dessas comunidades, com suas especificidades e culturas. Portanto, estão afeitas a mudanças ao longo dos tempos pela ação humana, não necessariamente oriundas da virtude ou mesmo da racionalidade.



A Moral possui um caráter transitório; sua ausência de permanência dá-se em razão de ser vulnerável à mudança de hábitos. É possível tomarmos como exemplo uma sociedade na qual, quer pela imposição da religião ou pela prática cotidiana, um homem possa se casar com quatro mulheres; noutra sociedade há uma visão diferente quanto a sexualidade: não se é intolerante com os diferentes gêneros.

No caso do Brasil, a separação conjugal até há pouco, era objeto de escândalo. Todavia, aqui não se aceita que alguém possa ter quatro esposas. Moralmente, existe uma luta para se garantir que as questões de gênero sejam superadas em termos de segregação ou preconceito. Em tempo: vale lembrar que moral designa costumes.

É oportuno salientar que o uso de tatuagens hoje, não só é aceito, mas de certo modo, tornou-se objeto estético. Todavia, há poucas décadas, era condenado moralmente, pois, restringia-se aos marginalizados.

O adultério, era motivo de assassinato; houve quem absolvesse um assassino sob a alegação de que “matou em legítima defesa da honra”; mais recentemente, “limitava-se” a dar uma surra na mulher. Hoje, conversa-se, discute-se a relação e se separa.

Pela presença da virtude – valor universal –, do uso da racionalidade como parâmetro epistemológico e da própria ação, a Ética ganha o caráter de universalidade e perenidade. Dada a precariedade da valoração ou à despreocupação do uso da virtude, a Moral veste-se de um relativismo, afeito a mudanças constantes, logo, transitórias.

1.1 Aristóteles

Nascido em Estagira, Macedônia, filho de um médico, o jovem Aristóteles desenvolveu o gosto pela pesquisa precedida da observação. Considerado discípulo de Platão, o filósofo, fundador da lógica, tem suas reflexões ligadas a várias áreas da Filosofia: Ética, Estética, Filosofia Política, Teoria do Conhecimento.

O estagirita é um representante do futuro Empirismo: a observação e a experiência somam-se à razão. A fim de compreender o mecanismo político e ético dos povos, observou várias culturas, organizações e constituições. Além disso, dedicou-se à Matemática, Física, Medicina, Biologia e ao Direito. É autor da primeira classificação de seres vivos.

O filósofo da Macedônia discorre sobre a ética em seu livro “Ética a Nicômaco”, (ARISTÓTELES, 1978) no qual afirma que o bem maior do homem é a felicidade –



eudemonia –, corroborando com Platão. Todavia, apresentando o valor como algo concreto, prático, no sentido de ser a mediania, a “áurea mediocridade” entre o excesso e a falta.

Agir para o bem, significa buscar a felicidade da pólis, o bem comum. Logo, a virtude reside no uso e prática da razão.

1.2 Kant

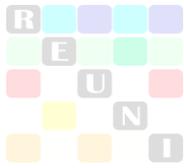
Representante maior da chamada Filosofia Clássica Alemã, Imanuel Kant (1724-1804) nasceu na cidade de Königsberg, antiga Prússia e somente em 1781 realizou uma revolução no pensamento filosófico europeu, ao apartear um intenso debate entre os defensores do Racionalismo e os apoiadores do Empirismo. Sua “Crítica da Razão Pura” vem à luz, a fim de elucidar a contenda, argumentado que não se tratava nem de um, nem de outro, todavia, de ambos. Assim sendo, o conhecimento se produz a partir da experiência, contudo, fixa-se em nossos juízos. Portanto, resumidamente, o conhecimento que passamos a trazer de antemão, nominamos “*apriori*”(KANT, 2017) e àquele obtido por meio da experiência, chamamos “*aposteriori*”(KANT, 2017). Esse aposto faz-se necessário para enfatizarmos a importância da Razão como instrumento duplamente ético e epistemológico para o filósofo. De tal maneira que elidirá sua obra voltada para a Ética nas nominadas: “Crítica da Razão Prática”¹⁰, “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”(KANT, 2017).

“Na parte final da Crítica da Razão Pura. Kant afirma que a razão não é constituída apenas por uma dimensão teórica, que busca conhecer (e ultrapassar os limites do conhecimento), mas também por uma dimensão prática, que determina seu objeto mediante a ação. Nesse sentido, a razão cria o mundo moral e é nesse domínio que podem ser encontrados os fundamentos da metafísica. Para dar conta do problema da moral, Kant escreveu, depois da Crítica da Razão Pura, a Fundamentação da Metafísica dos Costumes (1885) e a Crítica da Razão Prática, suas obras mais importantes nesse terreno”(1978, Chauí, p. XVIII).

O filósofo germânico defende a premência da construção de uma “filosofia moral pura” (ARANHA, 1987), sem a interferência empírica. Assim, “... a ação moral é concebida como independente de todos os impulsos e tendências naturais ou sensíveis; a ação moralmente boa seria a que obedece unicamente à lei moral em si mesma”¹³. Seria estabelecida pela razão, entendendo a liberdade como premissa básica da vida moral.

“A vida moral somente é possível para Kant, na medida em que a razão estabeleça. Por si só, aquilo que se deva obedecer no terreno da conduta”. (CHAUÍ, 1978)

Na Crítica da Razão Prática, Kant demonstra “que a lei moral provém da ideia de liberdade e que, portanto, a razão pura é por si mesma prática, no sentido de que a ideia



racional de liberdade determina por si mesma a vida moral e com isso demonstra a própria realidade”(CHAUI, 1978). Em síntese, a liberdade é o intangível máximo da razão.

A filosofia kantiana afirma que as leis morais são objetivas, válidas para qualquer vontade racional. O objeto material do querer é a felicidade e ela depende da natureza empírica de cada sujeito particular. As leis práticas, diz Kant, só podem ser formais. Uma vontade determinada pela forma da lei, independente de desejos é livre. Quer dizer: escolho racionalmente algo, a despeito de estímulos sensíveis. A liberdade e a lei prática incondicionada estabelecem entre si uma relação de reciprocidade. Kant nomina-a de “Imperativo Categórico”. “Age de tal maneira que o motivo que te levou a agir possa ser convertido em lei universal”. (CHAUI, 1978)

Finaliza o filósofo: “O motivo fundamental da moralidade, só pode ser o respeito pela lei em si mesma”(CHAUI, 1978). A própria moralidade, portanto, é a razão para o respeito à lei.

1.3 **Aristóteles e Kant: a mediania entre Ética e Moral.**

Entre os dois cânones há que se efetuar algumas ponderações: ambos apontam a felicidade como uma busca legítima, ética e moralmente justificada. Acrescentando-se que essa – a felicidade – deve ser um elemento agregador da comunidade, estendida a todos.

Também é patente que para ambos os filósofos a Razão permeia as ações na busca do bem, aqui visto como uma premissa essencial para a vida em comum. Todavia, é mister compreendermos que ambos estão a produzir semanticamente o mesmo propósito, ao utilizarem conceitos no geral distintos. A saber: Aristóteles usa o conceito ética, enquanto Kant adota a palavra moral, nos dois casos, o propósito é universal.

Portanto, é aceitável que defendamos que a virtude que constitui as ações tanto éticas, quanto morais, pauta-se na razão, direcionada para a construção do bem comum, da felicidade. Evidente, indicada para a coabitação, para a vida comunitária.

É válido lembrarmos que no terreno da Ética, o conceito de liberdade é bastante caro, no sentido de entendermos que é uma escolha livre. Todavia, ao fazê-lo, não devemos – aqui entendido na acepção do conceito Ética –, em absoluto nos esquecer que uma opção sempre demandará uma resposta. Portanto, a responsabilidade. Faço e assumo. Como descrevemos acima, a partir das perguntas: Posso? Devo? Quero?



Em tempo: paraliberdade não há limites. É infinita. Contudo, permeada pela responsabilidade. Logo, balizada pela razão. Tal qual preconizam Aristóteles e Kant.

2- Observações do livro “Filosofando”.

O capítulo objeto de verificação desse exercício, denominado **Concepções éticas**(cap.27 p352 a p361), subdivide-se em: Mito, tragédia e filosofia; Concepções gregas e medievais; a moral iluminista e o formalismo kantiano; Marx: a moral como superestrutura; Nietzsche e a transvalorização dos valores; Freud e as ilusões da consciência; a Filosofia da existência; Sartre e o existencialismo; Habermas e a ética do discurso e A questão moral contemporânea.

O primeiro item aborda a passagem do mito à razão, o nascimento do *lógos*, isto é, da racionalidade, de maneira muito sucinta, procura abordar a importância da racionalidade para a compreensão do mundo, para, a partir daí constituir-se uma moral “lógica”.

O segundo momento trata muito resumidamente de Sócrates, Platão e Aristóteles, com o propósito de demonstrar que os três filósofos se preocuparam com o tema, fazendo-o com firmeza, ainda que superficialmente. No entanto, os medievais resumiram-se a um único parágrafo, pouco explicativo.

Para inserir o terceiro momento fez-se um salto – sem maiores explicações ou contextualizações históricas –, a fim de tratar a questão. Com poucas considerações acerca do Iluminismo, mas com razoável fundamentação, chega-se em Kant. Reduzido a seis parágrafos, seu pensamento é ligado a ilustração e finalizado com uma “viagem” aos séculos dezenove e vinte, com pequenas ponderações. Vale salientar: tratam Moral e Ética como sinônimos.

Em seguida, o item destacado é sobre Karl Marx. Afora pequenas e prévias apresentações de sua filosofia e uma rápida contextualização, as autoras inserem um problema que consideram moral: a exploração capitalista, dentro da qual está submetida a classe trabalhadora.

“Diferentemente da concepção tradicional de moral que se orienta em direção a valores universais aceitos em todas as épocas, Marx busca recuperar o sujeito concreto na atividade produtora que determina relações de produção muito específicas conforme o tempo e o lugar. Esse tipo de análise lhe permite observar que, onde existe sociedade dividida em classes, com interesses antagônicos impõe-se sobre a classe dominada e torna-se instrumento ideológico para manter a dominação... ..Segundo Marx, apenas na sociedade mais fraterna que tenha



superado a exploração de uma classe sobre a outra, é que podemos esperar o surgimento de uma moral autêntica.”” (Aranha e Martins, 2003).

Há aqui uma nítida confusão conceitual entre Ética e Moral. Se tomarmos a primeira como universal e a segunda particular.

É possível afirmamos que a ideologia tem o poder de impor uma moral vigente ou dominante, fato que, incide em novo problema ético. Contudo, não é nosso intento trabalhar essa reflexão nesse espaço. Além disso, pensar uma sociedade fraterna e igualitáriadiz respeito a um posicionamento ético e não moral, no sentido de tratar-se de uma premissa universal. Pensar a igualdade ou equidade dos seres humanos, sim, é um problema da Ética. Permitimo-nos inferir que, novamente, houve uma discrepância conceitual.

No item posterior, novo problema: as autoras tratam da filosofia de Nietzsche. Fazem uma prévia apresentação de seu pensamento, todavia, é por demais ousado realiza-lo dessa maneira e insistem naquilo que entendemos ser uma mescla de conceitos. Toda a obra do filósofo Nietzsche é voltada para tecer críticas aos valores morais – não éticos –, frutos da herança judaico-cristã.

Frisamos uma vez mais: trata-se de uma crítica à Moral e não a Ética. É cabível que realizemos análises e inferências acerca de uma possível interferência na Ética, a partir de problemas morais? Supomos ser pertinente; no entanto, repetimos: não é nosso propósito tratar nesse escrito dessas questões.

Outro item se abre: agora é Freud.

A ideia das autoras é defender a tese de que, ao desvelar o inconsciente – nossos desejos, pulsões, o problema do Id –, o pai da Psicanálise nos municia com um instrumental, com o qual nos tornamos aptos a superar preconceitos e – como dizem as autoras – “comportamentos hipócritas, bem como valorização do corpo e das paixões”.

Sem entrar no mérito das assertivas: a temática de Freud atingiu, sobretudo, problemas morais. Lembrando que é possível pensar em Freud e na questão ética. Porém, enfatizamos: não é nosso propósito aqui. É patente, portanto, que se repete o erro: problemas morais são tratados como se fossem éticos.

Salta-se para Heidegger, com o qual procura-se produzir uma passagem para o Existencialismo. É oportuno ressaltar: as autoras fazem com zelo a apresentação de Martin Heidegger. Muito embora o autor de “Ser e Tempo” sempre dissesse que não era representante dessa filosofia. O propósito é criar as condições conceituais para proceder a apresentação do filósofo Jean-Paul Sartre.



Curioso: Sartre tratade questões éticas ao lançar sua filosofia, nominada Existencialista, sem o objetivo de abordar um problema ético, por sinal, acreditamos, o maior de todos: a liberdade. O autor de “Questão de Método” na verdade estava preocupado em propor uma filosofia que contribuísse com a propositura de um arcabouço teórico, a partir do qual, se agisse, do ponto de vista político. Suas preocupações, visivelmente, eram: a crise do Marxismo, os malogros do processo da Revolução Russa e a Segunda Guerra Mundial, no caso o nazismo e a dominação em sua terra natal.

Nesse momento do capítulo, verificamos, trata-se de um problema ético, embora as autoras insistam em usar o termo moral. Repete-se o erro.

Por fim, introduzem Habermas, representante da Escola de Frankfurt.

As autoras abrem o texto afirmando:

“Como vimos até aqui, a situação da moral no mundo contemporâneo nos lança diante de um impasse: de um lado, o prevaecimento da ordem subjetiva das vivências e emoções, a anarquia de princípios ou simples ausência deles; de outro lado, a razão dominadora, instrumento de repressão, como denunciaram Marx, Nietzsche, Freud e muitos outros”. (Aranha e Martins, 2003)

Sem entrar no mérito do equivocado e preconceituoso uso do termo “anarquia” como confusão, novamente, repetem a apresentação do problema restrito a Moral. Não nos esqueçamos: o capítulo fala em Ética!

Ao introduzirem a filosofia de Habermas, “pinçam” o conceito **ética do discurso**, presente na obra do alemão. O objetivo dessa argumentação é fundamentar a ideia de que o representante da Escola de Frankfurt, lança como saída para o problema da Ética, uma ação de descentralização do sujeito, permitindo entenderem-se; reutilizando a razão como instrumento de elucidação e desvelamento, diferente do impasse em que foi posta na propalada “crise da razão”, apresentada por Nietzsche no belo aforismo, conhecido como “A morte de Deus”(NIETZSCHE, 1978). Vale ressaltar: todo o texto é por demais sucinto, exigindo um domínio prévio muito grande do professor.

Concluem, por meio de Habermas, que a razão comunicativa – não usam mais a expressão “ética do discurso” – reestabeleceria a necessidade de convencer o outro por meio de argumentos racionais, em harmonia com as normas. Segundo as autoras: “instaura-se aí o mundo da sociabilidade, da espontaneidade, da solidariedade e da cooperação”. Uma exposição apressada – talvez uma exigência editorial –, pouco explanativa e nada elucidativa,



a qual retoma o problema ético, porém, até então, toda a argumentação dava-se no terreno da moral.

Finalmente, o último item nomina-se: “A questão da moral contemporânea”.

Nesse as autoras realizam uma retomada daquilo que foi tratado para encetarem o filósofo Karl-Oto Apel, responsável por trazer o problema para a microesfera da moral e pensar temas como: família, matrimônio, vizinhança, a mesoesfera; no que se refere ao âmbito da política nacional e a macroesfera que aborda o “destino da humanidade”(ARANHA, 2003), a fim de concluírem – as autoras – que os problemas estão nessa última esfera.

Não fica explícito problema da Ética e onde estão suas concepções, pois o texto, permanentemente, fala em Moral. Diante do que expusemos, cremos que as autoras estão a tratar ambas como sinônimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como no diz a Prof.^a D.^a Maria José Faria Coracini: “... o livro didático funciona como o portador de verdades que devem ser assimiladas tanto por professores quanto por alunos”(CORACINI, 2003), e levando-se em conta que, conforme atestam algumas aferições, ele é o único instrumento de pesquisa e norteamento do trabalho cotidiano do professor, consideramos que – indubitavelmente – ele é um instrumento de aporte ao trabalho cotidiano em sala de aula, ainda que não deva ser exclusivo e nos vemos dentro do epicentro de um furacão: como o educador lidará com a dicotomia Ética e Moral?

Também é legítimo nos recordarmos que, no geral, o professor responsável pelo ensino da Filosofia, padece de um drama: ou possui uma formação deficiente, ou então, pior, não tem a graduação/licenciatura na disciplina.

Como detectar essa questão? Prevalecerá a “verdade” do livro didático? A propositura apresentada pela reflexão, não tem a pretensão de responder ao problema, todavia, ao elucidá-lo, pode contribuir com algumas luzes na direção de uma possível solução.

Diferenciar Ética e Moral, repetimos, é fundamental na compreensão da precisão dos conceitos filosóficos. Não estamos autorizados, em absoluto, fazermos uso indiscriminado das terminologias, a nosso bel prazer ou interesse. Devemos nos recobrir da capa da humildade ou das lentes de um cético, para suspeitarmos de possíveis equívocos.



Acreditamos que somente estaríamos autorizados a usarmos os conceitos como sinônimos, caso elaborássemos uma nova “Crítica da Razão Pura”.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Augusto dos. “Eu e outras Poesias”. In Versos íntimos. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1981.

ARANHA, Maria Lucia De Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. “Filosofando, introdução à Filosofia”. Editora Moderna. São Paulo. 2003.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda e MARTIS, Maria Helena Pires. Filosofando. Editora Moderna. São Paulo. 2003. P. 354.

ARISTÓTELES. “Ética a Nicômaco”. Coleção “Os Pensadores”. Abril Cultural. São Paulo, 1978. Volume 2. Tradução Vincenzo Cocco, Joaquim de Carvalho, Leonel Vallandro, Gerd Bornheim e Edudoro de Souza.

ARISTÓTELES. Política. Edipro. São Paulo. 2009. Tradução Nestor Silveira Chaves.

ARSITÓTELES. Obras Escolhidas. Coleção “Os Pensadores”. “Ética a Nicômaco”. Abril Cultural. Volume 2 São Paulo. 1978. Seleção de textos: José Américo Motta Pessanha. Tradução: Leonel Vallandro, Gerd Bornheim, Vincenzo Cocco, Joaquim de Carvalho e Eudoro de Souza.

CHAUÍ, Marilena. In Kant. Coleção “Os Pensadores”. Abril Cultural. São Paulo. 1978. Volume 1. Texto introdutório. P.XIX.

CORACINI, Maria José Faria. (Org.). Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático. In O Processo de Legitimação do Livro Didático na Escola de Ensino Fundamental e Médio: Uma Questão de Ética. Campinas. São Paulo, 1999. Ps. 33 e 34.

KANT, Imanuel. “Crítica da Razão Prática”. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 2017. Tradução Ricardo Terra, Fernando Costa Mattos, Diego Kosbiau Trevisan, Bruno Nadai, Nathalie de Almeida Bressiani.

KANT, Imanuel. “Crítica da Razão Pura”. Coleção “Os Pensadores”. Abril Cultural. São Paulo. 1978. Tradução Valerio Rohden e Udo Moosburger.

KANT, Imanuel. “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”. Coleção “Os Pensadores”. Abril Cultural. São Paulo. 1978. Tradução Tania Maria Berkopf, Paulo Quintela e Rubens Rodrigues Torres Filho.

KANT, Imanuel. Obras Escolhidas. Coleção “Os Pensadores”. “Crítica da Razão Pura”. Abril Cultural. São Paulo. 1978. Consultor da Introdução: Marilena de Souza Chauí. Tradução: Valerio Rohden e Udo Moosburger.



LÉVI-STRAUSS. Antropologia Estrutural. Ubu editora. São Paulo. 2017. Tradução Beatriz Perrone Moises.

NIETZSCHE, F.W. A Filosofia Trágica na Época dos Gregos. Coleção “Os Pensadores”. Abril Cultural. São Paulo, 1978. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho.

NIETZSCHE. F.W. “Genealogia da Moral”. Editora Brasiliense. São Paulo. 1987. Tradução Paulo Cesar Souza. No original, inserido em “A Gaia Ciência”, aforismo 125.